



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO SEGOV-Nº 0388/2025

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 170/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Graça Albaran (Prot. PMJ nº 007381/2025) - Complementa o Ofício Segov nº 0347/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social informa que, no Âmbito do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), a Lei Orçamentária Anual (LOA) já contempla a Política Pública para mulheres.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão responsável pela gestão da política municipal de Assistência Social segue as diretrizes do SUAS e vem ampliando ações direcionadas à proteção e à autonomia das mulheres conforme preconiza a lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - lei nº 8.742/1993).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) reconhece as mulheres como um dos segmentos prioritários de atenção no SUAS, especialmente em contextos de vulnerabilidade agravada por desigualdades de gênero, violência doméstica e falta de autonomia econômica. Nessa lógica, o SUAS atua como política pública de Estado voltada à proteção social não contributiva, garantindo acolhimento, escuta qualificada e acesso a direitos.

De acordo com a Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional), no campo da Proteção Social Básica, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O PAIF desempenha função estratégica na prevenção de violências e no fortalecimento das funções protetivas da família, promovendo escuta, orientação, oficinas e encaminhamentos - com atenção especial a mulheres em situação de vulnerabilidade, mães solo e idosas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) complementa essa proteção, oferecendo espaços coletivos de apoio, socialização e fortalecimento da autoestima e dos vínculos comunitários, inclusive com foco na juventude feminina, na mulher idosa e em mulheres com deficiência.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), executado nos CREAS, atende diretamente mulheres em situação de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou institucional. Já na Alta Complexidade, o serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência, ofertado em casas de passagem ou abrigos sigilosos, garante proteção integral a mulheres e seus dependentes, assegurando acolhimento seguro e atendimento qualificado.

Além dos serviços, o SUAS garante a provisão de benefícios eventuais, como o auxílio por vulnerabilidade temporária, fundamentais em contextos emergenciais (ex: ruptura com o agressor, perda de moradia, abandono). Esses benefícios são articulados ao acompanhamento técnico e não oferecidos de forma isolada.

A execução dos serviços ocorre por meio da rede socioassistencial, formada por unidades públicas (gestão direta) e entidades privadas sem fins lucrativos (execução indireta). Essa rede é essencial para garantir capilaridade, diversidade de ofertas e especialização técnica, sobretudo no atendimento a demandas complexas como o acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência.

A oferta dos serviços e benefícios no SUAS é financiada por meio de pactuação federativa, articulando recursos da União, Estados e Municípios, conforme os instrumentos de cofinanciamento e as deliberações da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Cabendo à gestão municipal do SUAS organizar, qualificar e monitorar a oferta, com base nos dados da Vigilância Socioassistencial, que identifica vulnerabilidades, territorializa os riscos e subsidia a priorização de ações para os territórios onde as mulheres estão mais expostas a desproteções.

A intersetorialidade na proteção à mulher e seu empoderamento é crucial para enfrentar a violência e promover seus direitos, pois a violência é um problema complexo que envolve diferentes áreas. A intersetorialidade implica a articulação entre diferentes setores da sociedade, como saúde, educação, segurança, assistência social e justiça, para um atendimento integral às mulheres em situação de violência. Essa abordagem garante uma assistência integral, combinando ações de prevenção, combate à violência, garantia de direitos e apoio para a autonomia das mulheres, conforme prevê a Norma Operacional Básica/NOB/2012 em seu Art. 3 inciso IV "intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais".

No que tange ao controle social, destaca-se o papel articulado entre o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que têm como missão acompanhar, fiscalizar e propor políticas públicas para a equidade de gênero, assegurando que as decisões sejam democráticas, transparentes e centradas nas necessidades reais da população feminina proteção do direito à dignidade, à equidade e à vida sem violência.

As ações voltadas à proteção e promoção de direitos das mulheres no SUAS operam de forma integrada: prevenção, acolhimento, proteção e emancipação. Não se trata apenas de responder às situações de violência, mas de garantir condições estruturais para que mulheres possam viver com dignidade, autonomia e segurança, assegurar a execução do orçamento para promoção de políticas públicas para mulheres.

Nesta oportunidade, renovamos os nossos protestos de elevada consideração e respeito.

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 13/05/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0169976** e o código CRC **104C6468**.

Referência: Processo nº
3524709.420.00001740/2025-36

SEI nº 0169976